

1

OS MILITARES COMO SUJEITOS “QUASE ÉTNICOS” NOS SISTEMAS DEMOCRÁTICOS¹

*Daniel Zirker*²

O fim da Guerra Fria teve um impacto profundo sobre nossa compreensão do desenvolvimento sociopolítico. Importantes conteúdos identitários – etnia, religião, língua e mesmo história comum – substituíram a divisão ideológica dicotômica que caracterizou o período. Axiomas das ciências sociais daquele período entraram em colapso, juntamente com os principais sistemas políticos do “Bloco Oriental”.³ Assim, cultura, identidade e etnia passaram a dominar, cada vez mais, a nossa compreensão do comportamento político. Esses são conceitos extraordinariamente complexos e escorregadios,⁴ e todos fazem parte de um novo período de nacionalismo e secessão nacional (Smith, 1981, p.18), que ultrapassou a política internacional. Conceitos como “etnopolítica”, com sua dinâmica e “regras”, têm, cada vez mais, dominado a política das nações democráticas, desafiando as identidades nacionais antes estabelecidas. Em tais países, o setor militar invariavelmente é atraído para o interior da etnopolítica, incrementando ainda mais sua insularidade, enquanto competências avançadas se combinam com a sua missão cen-

1. Traduzido do inglês para o português por Suzeley Kalil Mathias.

2. Professor de Ciência Política, University of Waikato, Hamilton, Nova Zelândia. *e-mail:* dzirker@waikato.ac.nz.

3. A dr^a Jeanne Kirkpatrick, ex-embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, havia argumentado, por exemplo, que os sistemas autoritários são preferíveis aos comunistas porque os últimos nunca desistem de seu controle sobre o poder político.

4. Raymond Williams notou, por exemplo, que “cultura é uma das duas ou três mais complicadas palavras da língua inglesa” (Williams, 1983, p.8).

tral, de proteger e preservar a nação. E isso acontece mesmo quando essa nação, por causa da profunda divisão interna, é de difícil identificação. Como Alfred de Vigny argumentou em seu clássico do século XIX, *Servitude et grandeur militaires*, “O exército é uma nação dentro de uma nação”.⁵ Morris Janowitz pôs a mesma ideia em termos mais precisos: “A profissão militar é mais do que uma ocupação; é todo um estilo de vida completo. O oficial faz parte de uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres oficiais...” (1967, p.175).⁶

Na busca de entendimento de nexos tão complexo de variáveis explicativas em termos étnico-políticos gerais, muitos observadores discutem se a etnicidade é tanto um sentimento primordial, uma causa fundamental e irreduzível de comportamento, ou, pelo contrário, é mais um instrumento para ser manipulado pelo poder. Conceitualmente, “primordialismo” e “instrumentalismo” representam perspectivas mutuamente excludentes, ainda que possam ser indistintamente aplicadas e, em certa medida, apareçam sempre combinadas. Para além da disputa que envolve o conceito, etnicidade é uma variável cada vez mais significativa no mundo da política. Décadas atrás, Anthony D. Smith argumentou que o mundo estava sendo tragado por uma ênfase crescente em etnia, e observou que “o nacionalismo [...] dota o renascimento étnico com uma abrangência e intensidade que não têm paralelo em épocas anteriores” (1981, p.19).

Os países em desenvolvimento têm manifestado intensas formas de política baseadas em etnias. A respeito, Clifford Geertz, um dos mais conhecidos “primordialistas” do século XX, observou que

uma consciência política moderna empurra a massa, população em grande parte ainda não moderna, e isso, de fato, tende, ao mesmo tempo, a estimular e manter um intenso interesse popular nos assuntos do governo. Mas, como permanece um “sentimento corporativo da unidade” primordial em muitos dos *fons et origo* da autoridade legítima – o significado do termo “auto” em “autogoverno” –, muito desse interesse assume a forma de uma preocupação obsessiva em relação à sua tribo, região, seita, ou qualquer que seja o centro de poder que, embora se tornando rapidamente mais ativo, não é facilmente isolado da teia de nexos primordiais, como era o antigo regime colonial, ou assimilado a eles, como são os sistemas de autoridade cotidiana do “círculo comunitário”. (1963, p.120)

Para aumentar nossa compreensão sobre a dinâmica da etnia sobre a política, parece ser cada vez mais relevante focar nossa atenção sobre um

5. Há edição brasileira: Vigny, A. *Servidão e grandeza militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975. [N. T.]

6. Citado segundo a edição brasileira: Janowitz, M. *O soldado profissional*. Trad. Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967. Daqui em diante, todas as citações dessa obra têm nessa tradução sua referência. [N. T.]

grupo cuja tendência é a de se fechar sobre si mesmo (talvez por seu caráter primordial), como acontece com uma das instituições mais enigmáticas existentes nos países recém-democratizados: *as forças armadas*.

Instituições militares, particularmente em novas democracias ou recentemente revitalizadas após o fim da Guerra Fria, têm cada vez mais evidenciado características de identidades étnicas: um *éthos* diferente (e separado), uma linguagem diferenciada (em sentido lato, um patoá militar/técnico), uma história “social” distinta, uma mitologia diferenciada, uma espécie distinta de nacionalismo (mesmo que apenas para justificar uma fraca e ortodoxa *raison d’être* militar), um claro limite de adesão ao grupo, e assim por diante. Pode-se argumentar que esse desenvolvimento é necessário para a competição por poder político e recursos em um mundo definido em termos etnopolíticos.

Os capítulos deste livro irão estudar instituições militares em sete países que recentemente se democratizaram, buscando estabelecer o grau de etnicidade (ou quase etnicidade aqui atribuída) presente nessas organizações que, em alguns momentos, apresentam-se como “nações dentro das nações”. Para tal análise, optamos, para fazer nossas observações teóricas, por partir dos pensadores clássicos da década de 1950 e 1960 que discutiram a etnicidade (por exemplo, Clifford Geertz) ou da relação entre militares e política (como Samuel Huntington e Morris Janowitz).

Reconhecendo que é particularmente aguda a “curva de aprendizado” global entre os estabelecimentos militares, bem como que a definição e o uso da identidade institucional militar quase étnica representa um novo, emergente e poderoso dispositivo de sensibilização até mesmo dos menores estabelecimentos militares, temos que assumir que profissionalismo militar e formação identitária quase étnica estão cada vez mais imbricados, em especial no corpo de oficiais das nações em processo de democratização.⁷ As tendências étnicas das instituições militares, especialmente em sociedades multiétnicas profundamente divididas, pode muito bem indicar os padrões futuros das relações entre civis e militares nos processos de democratização e também nas democracias.

Etnia como variável causal

Por que examinar estabelecimentos militares no contexto de comportamentos étnicos? A tese central deste estudo é que os padrões fundamentais de comportamento associados com etnicidade podem estar diretamente

7. Conforme Bell (1968, p.261) afirma no seu seminal artigo, “em qualquer exército, a atitude do corpo de oficiais costuma ser decisiva”.

relacionados com os problemas (e as promessas) apresentados pelos militares em sua inevitável competição por poder e recursos em democracias novas ou recentemente revitalizadas. A dinâmica e as “regras” da etnopolítica cada vez mais predominam em países multiétnicos democratizantes. A identidade militar, reforçada pela competência técnica e tecnológica, juntamente com as regras estreitas da disciplina militar, com seus uniformes e armas, se espalha e fixa facilmente. A legitimidade baseada na tradição é garantida porque essa tradição é rapidamente “inventada” (Hobsbawm & Ranger, 1983).

Por *etnicidade*, queremos dizer *um sentimento de descendência e/ou história comum compartilhada*.⁸ Enquanto a etnicidade, então, pode parecer menos do que concreta nessa interpretação, é importante reiterar que a identidade étnica, de fato toda identidade, é antes de tudo uma *percepção* que, como Paul Brass observa, invariavelmente envolve uma reivindicação de *status*.⁹ Manuel Castells, em seu estudo sobre identidade, salienta que,

Ao longo da história da humanidade, a etnia sempre foi uma fonte fundamental de significado e reconhecimento. Trata-se de uma das estruturas mais primárias de distinção e reconhecimento social, como também de discriminação, em muitas sociedades contemporâneas, dos Estados Unidos à África subsaariana. (2000, p.71)¹⁰

Um dos aspectos relevantes para a identidade que deve ser adicionado a uma compreensão da etnicidade no contexto do presente estudo é *território*. Linda Bishai observa a este respeito que,

Embora os limites da identidade possam ser constituídos por meio da linguagem, religião, raça e cultura, o Estado moderno confirmou o território como o limite-chave. Desde o nascimento do Estado moderno, fronteiras físicas, em vez de fronteiras metafísicas, foram as que mais claramente desenharam e protegeram a identidade. Do ponto de vista da segurança, as fronteiras do Estado têm constituído o “nós” e o “outros”, o compatriota e o estrangeiro. Uma vez que o Estado territorial era visto como a medida de inclusão de identidade, a segurança passou a ser necessariamente baseada no uso da força armada para proteger essas fron-

8. Somos gratos ao professor emérito Paul Brass, da Universidade de Washington, para a nossa compreensão do complexo conceito de etnicidade.

9. “Etnicidade e identidade étnica [...] envolvem, além da autoconsciência subjetiva, uma reivindicação de *status* e reconhecimento, seja como um grupo superior, ou como um grupo pelo menos igual a outros grupos. Etnicidade é para a categoria étnica o que a consciência de classe é para a classe” (Brass, 1996, p.86).

10. Citado conforme a segunda edição em português: Castells, M. *O poder da identidade*. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Todas as citações desta obra basear-se-ão nessa tradução. [N. T.]

teiras geográficas. Como o único titular legítimo do direito de usar a força, o Estado veio para simbolizar e definir o significado de segurança. (2000, p.158)

Essa ênfase no território garante que o papel do Estado como um *gatekeeper* – chave ou mesmo progenitor¹¹ – da identidade étnica da “nação” em sentido lato seja fundamental.¹² Além disso, os estabelecimentos militares nacionais, titulares do monopólio legítimo do uso da força no interior de suas sociedades, tornam-se implicitamente envolvidos nesse elemento da política do Estado, que é a preservação do território nacional.

A natureza primordial da etnicidade está no cerne destas observações. *Primordialismo* é a interpretação em que a condição da identidade étnica é tomada como uma variável causal completa nas interações sociais e políticas.¹³ Ela pode ser, na opinião dos observadores *primordialistas*, uma força corrosiva e destrutiva no que toca à sociedade civil. Como observou Geertz,

É a cristalização de um conflito direto entre sentimentos primordiais e civis – este “anseio de não pertencer a qualquer outro grupo” – que dá ao problema, chamado de tribalismo, de paroquialismo ou de comunarismo, etc., uma qualidade mais profunda e ameaçadora do que a maioria dos outros problemas muito graves e de difícil tratamento enfrentados pelos jovens Estados. (1963, p.111)

11. Geertz observou que “é o próprio processo de formação do Estado soberano que, entre outras coisas, estimula sentimentos como bairrismo, regionalismo, racismo, e assim por diante. Isso porque [os limites territoriais] introduzem na sociedade um novo prêmio valioso pelo qual lutar e uma nova força assustadora, difícil de ultrapassar” (1963, p.120).
12. O mesmo Geertz sustentou que “o crescimento da unidade nacional não é resultado do apelo ao sangue ou à terra, mas sim por uma obediência vaga, intermitente e rotineira a um Estado civil, completada, em maior ou menor medida, pelo uso governamental dos poderes de polícia e exortação ideológica” (1963, p.110). É possível que essa tendência descrita por Geertz na década de 1960 esteja hoje em processo de reversão, provocado pelos apelos por Estados cada vez mais baseadas em identificadores étnicos como a religião, a cultura, e uma sensação de descendência comum compartilhada.
13. Geertz define uma ligação primordial como “aquela que decorre de doações – ou, mais precisamente, como a cultura é inevitavelmente envolvida em tais assuntos, assumido como ‘doação’ [*givens*] – da existência social: conexão de contiguidade e parentesco principalmente, mas, além deles, a dádiva que decorre de ter nascido em uma comunidade religiosa particular, falando uma língua particular, ou até mesmo um dialeto de uma língua, e na sequência de práticas sociais particulares. A convergência de sangue, discurso, costume, e assim por diante, é vista como tendo uma inefável, e às vezes avassaladora, capacidade coercitiva em si mesma. A pessoa está ligada a seu parente, a um vizinho, a um colega de crença, *ipso facto*; como resultado não apenas de afeto pessoal, necessidade prática, interesse comum, ou obrigação contraída, mas, em grande parte, em virtude de alguma significação inexplicável e absoluta do vínculo em si” (1963, p.109).

Os *primordialistas*, então, argumentam que a identidade étnica simplesmente *é*, que as suas ramificações práticas e perniciosas são básicas para a psique humana. É, portanto, uma parte fundamental da natureza humana, uma variável explicativa na maioria, se não em todas, as interações humanas.

Devemos argumentar, no entanto, que, embora o primordialismo possa funcionar como um mecanismo de previsão do comportamento, esse comportamento deve ser analisado a partir de duas interpretações da natureza causal (e portanto política) da etnicidade. Segundo o princípio de Heisenberg, quando observamos a identidade étnica do ponto de vista *situacional e instrumental*, é difícil, ou mesmo impossível, considerá-la como primordial. A *identidade étnica situacional* é talvez mais bem explicada em um contexto altamente multiétnico, como na África. Uma pessoa que vive em um país africano pode ser, dependendo do contexto, membro de um clã, membro de grupo de língua ou dialeto, membro de um grupo religioso e de língua e dialeto específico, membro de um grupo de língua maior, cidadão de um país, uma pessoa de uma região da África (por exemplo, a África Ocidental Francesa), um tipo “racial” e étnico específico (ibo, por exemplo, ao contrário de hausa-fulani, na Nigéria), um nativo da África (por exemplo, se estiver na Europa), um “preto”, e assim por diante. Cada um desses possíveis laços pode ser muito forte, dependendo do contexto. Assim, a natureza “primordial” de cada um desses laços evapora-se em um contexto situacional desfavorável. A identidade étnica e, portanto, sua eficácia na etnopolítica, torna-se dependente das possibilidades de sucesso.

Já a perspectiva *instrumentalista* está fundamentalmente em desacordo com a visão primordialista, como mencionado anteriormente. Dessa perspectiva,

a etnia é um traço plástico, variado e originalmente adscritivo que, em determinadas circunstâncias históricas e socioeconômicas, é facilmente politizado. Tais circunstâncias abundam em sociedades modernas ou em vias de modernização. Isso porque essas sociedades se caracterizam por correlações entre as categorias étnicas que são, por um lado, assimétricas, não aleatórias e que se autorreproduzem e, por outro lado, por desigualdades de classe socioeconômicas e de distribuição do poder político. Isto é, por desigualdades interétnicas estruturadas (o que também foi verdadeiro para muitas sociedades tradicionais). Nessas sociedades, há, por vezes, interesse consciente e realista por parte de muitos empresários políticos na mobilização da etnia a partir de um dado psicológico ou cultural ou social, com a finalidade de alterar ou reforçar tais sistemas de desigualdade. (Rothschild, 1981, p.1-2)

As interpretações instrumentalistas da identidade étnica, ao mesmo tempo que, em geral, não contestam a sua natureza *adscritiva*, enfatizam o quão prontamente ela pode ser manipulada pelos interesses políticos ou econômicos de indivíduos e grupos específicos.

É claro que a identidade étnica “faz que” o comportamento político e social produza, por sua vez, resultados políticos. Além disso, praticamente todos os observadores concordam que a identidade étnica é, em grande, mas não exclusiva medida, *adscritiva* por natureza.¹⁴ Tem elementos profundamente psicológicos, uma tendência para o primordialismo, e ainda, em contextos específicos, pode ser vista como principalmente situacional e/ou facilmente sujeita à manipulação instrumental.

As forças armadas como um grupo quase étnico

É importante enfatizar novamente que *cultura* e *etnia* são conceitos extremamente escorregadios, razão pela qual são muito facilmente reificados.¹⁵ Ao examinar o que escolhemos chamar *quase etnia* para fins de compreensão das visões de mundo distintas e frequentemente antagônicas nutridas pelos estabelecimentos militares nas jovens (e recentemente revitalizadas) democracias, parece ser mais adequado propor definições qualificadas e flexíveis. Por *quase etnia*, queremos nos referir ao comportamento que espelha importantes aspectos, como *um sentimento de descendência/história comum compartilhada*. As percepções são extraordinariamente importantes nesse contexto. Há muitos exemplos de grupos de ascendência biológica e histórica compartilhada que, no entanto, consideram-se como alienados e distantes entre si; por outro lado, há inúmeros casos de grupos que possuem diferentes origens culturais e históricas, mas, por razões idiossincráticas, consideram-se como parte de grupos étnicos particulares. A sensação de “alteridade”, como parte da psique humana, é central para forjar o sentimento de dirigir-se para o centro, para o coração, no intuito de forjar o sentido de “semelhança” (ou identidade) étnica e, propomos, identidade quase étnica. Grupos étnicos muitas vezes entram em conflito.¹⁶

14. Essa premissa também deve ser qualificada. Os núbios de Uganda, por exemplo, são frequentemente citados como um grupo étnico “inventado”. No entanto, a “invenção da etnia”, como a invenção da cultura e da tradição, é comum. Os elementos *adscritivos* rapidamente interligam-se entre si e com os elementos “naturais”. Veja-se, a esse respeito: Wagner, 1981, e Hobsbawm & Ranger, 1983.

15. Uso aqui o termo “cultura” como uma construção mais ampla, que engloba etnia.

16. Conforme Bishai, “as identidades são formadas em muitos níveis, mas é o grupo étnico-cultural que é mais ameaçado pela política estatal. Um grupo étnico-cultural é aquele que

Quase etnia, como utilizamos a expressão, representa uma identidade comum que pode estar localizada em um *continuum* relacional em algum lugar entre a cultura, em sentido lato, e etnia. Paul Brass argumenta que há “três maneiras de definir grupos étnicos: por seus atributos objetivos, com referência a sensações subjetivas e relativamente a seu comportamento” (1996, p.85). Uma visão superficial das instituições militares nas novas democracias apontaria, em certa medida, para a presença de todos esses atributos. O compartilhamento de uma (necessária) visão de mundo, culturas institucionais e nacionais comuns, inimigo ou inimigos comuns, uma missão santificada para o grupo, e até mesmo um jargão especial beirando um patoá, são todos parte desse sentimento.¹⁷ Controles estritos sobre a entrada e a saída dos membros na instituição reforçam o sentimento de identidade separada, da mesma forma que constroem uma história institucional, uma luta, mitos e ideologias também em comum.

No cenário pós-Guerra Fria, os países em desenvolvimento tendem a responder aos vínculos étnicos como força etnopolítica, pois a concorrência é um *leitmotiv* político central. Como Geertz observou na década de 1960,

no processo de modernização das sociedades, quando a tradição civil da política é fraca e os requisitos técnicos para um governo eficaz são mal compreendidos, vínculos primordiais, como Nehru observou, podem ser repetidamente e, em alguns casos, quase continuamente, propostos e amplamente aclamados como base preferencial para a demarcação de unidades políticas autônomas. (1963, p.110)

É a invenção ou criação de uma identidade separada dentro das instituições militares que constitui o cerne da argumentação; instituições militares, particularmente em países multiétnicos recém-democratizados, competem por poder e recursos, estabelecendo uma base quase étnica, e o fazem de forma eficaz, pois possuem disciplina, competências técnicas e armas.

compartilha identidade e um senso comum da própria história. Tais grupos partilham da mesma cultura, costumes, tradições, normas e, muitas vezes, possuem uma linguagem comum” (2000, p.160).

17. A modernização das instituições militares e a aquisição de armas nucleares por elas pode realmente agravar essa tendência para a separação. Janowitz (1960, p. XVI), ao descrever os militares dos Estados Unidos, argumenta que “as fronteiras das forças armadas como organização social são mais que definições mentais criadas por seus próprios membros. As realidades da estratégia militar e a mistura de sistemas de armas e regras político-militares para empregá-las, têm servido gradualmente desde 1945 (e mais decisivamente desde 1960) para limitar a tendência civilinizadora. A estratégia de defesa nacional que conta com armas nucleares produz uma força militar com fronteiras cada vez mais distintas”.

As instituições militares manifestam muitas das características de grupos étnicos, embora esses fatores possam ser modificados por meio do “profissionalismo” nos países desenvolvidos, daí a denominação sugerida de quase etnia. Seus elementos “adscritivos”, incluindo o uso do nome de família e da antiguidade na promoção e atribuição de funções, reforçam ainda mais essa característica, ao mesmo tempo que potencialmente alienam outros grupos da sociedade civil.¹⁸ Em novas (e recentemente revitalizadas) democracias, as características gerais das organizações militares apresentam visível contraste com outros grupos da sociedade civil.¹⁹ Como Janowitz observou em seu estudo sobre os militares dos Estados Unidos,

A íntima solidariedade social da profissão militar, que com frequência os civis invejam e de que se ressentem, baseia-se num fato ocupacional peculiar. A separação entre o local de trabalho e de residência, característica das ocupações urbanas, não existe. Ao invés disso, a comunidade militar é uma comunidade relativamente fechada, em que a vida profissional e doméstica estão completamente misturadas. A nítida segregação entre o trabalho e a vida privada tem sido minimizada na ocupação militar. (1967, p.177)

Embora isto seja diferente em muitas das novas (e recém-revitalizadas) democracias,²⁰ a separação de militares relativamente aos civis é um poderoso fator de modernização, particularmente em períodos de crise.

Especificamente, instituições militares nas novas e revitalizadas democracias tendem a evidenciar um monopólio de conhecimentos técnicos em seus países, um monopólio de símbolos separados (por exemplo, o uso de uniformes), uma ortodoxia ideológica distinta e, em muitos casos, uma preponderância dentro das fileiras de uma etnicidade distintiva. Seus conhecimentos técnicos, com base na relativa estabilidade institucional da maioria das organizações militares, sua história de formação militar estrangeira e suas contribuições frequentes em projetos de ação cívica, facilmente emprestam a eles um sentimento de superioridade sobre a

18. Janowitz e Little comentam os “vestígios de *status* adscritivo e autoridade na forma de antiguidade como critérios de atribuição e promoção da autoridade [que] continuam a dificultar a incorporação de novas habilidades ao grupo [militar]. Os dilemas da autoridade com base na designação *versus* conquista existem em todas as organizações. Mas é uma perspectiva civil recorrente que a instituição militar subestima a capacidade de mudança, a fim de manter as formas tradicionais e os privilégios de autoridade”(1965, p.31).

19. De acordo com Janowitz, “Coesão – o sentimento de solidariedade de grupo e a capacidade para ação coletiva – é um aspecto essencial da organização interna da profissão militar que condiciona seu comportamento político” (1977, p.143).

20. Um exemplo é dado pelo padrão do Exército brasileiro, que frequentemente coloca recrutas perto de suas casas, o que não acontece, todavia, com os oficiais.

sociedade civil e, portanto, “justificam” um sentimento de separação. Seus símbolos são poderosos e, por vezes, ainda que temporariamente, “marcam” seus membros, como na África Ocidental, onde desertores muitas vezes podem ser identificado pelos calos deixados em suas pernas por botas militares. Além disso, uma ortodoxia ideológica, o que não exclui a existência de facções fortemente ideológicas, até estridentes, dentro do corpo de oficiais, deriva em grande parte de fatores como a sua relativamente fraca *raison d’être* institucional, a posição tipicamente fraca da nação recém-democratizada no interior do sistema econômico global, e sua frequente dependência institucional da assistência militar estrangeira.²¹

Padrões organizacionais militares também contribuem para o caráter quase étnico das instituições militares, particularmente na sua constituição de grupos primários. Na interpretação de Janowitz,

O aspecto da organização militar que tem recebido mais atenção dos cientistas sociais tem sido o papel dos grupos primários na manutenção da eficácia organizacional. Por grupos primários, os sociólogos entendem aqueles pequenos grupos em que o comportamento social é regido por relações face a face íntimas. (1965, p.77)

Os estabelecimentos militares nas novas democracias devem ter, ao longo de sua história real ou mito construído, um vínculo especial de perigo e heroísmo que una seus membros.²² Além disso, a experiência e o ambiente compartilhados pelos soldados só reforçam isso.²³ Se a instrumentalidade de tais vínculos pode ser transparente, os seus efeitos também podem. Assim, em situações de combate, as instituições militares chegam a alcançar algumas das características dos movimentos étnicos,

21. Janowitz advertiu: “Não é possível falar de uma ideologia entre os oficiais militares nas novas nações. Em vez disso [...] por causa da diversidade cultural e histórica, apenas é possível falar de alguns temas ideológicos mais ou menos comuns [...] no centro desses temas há um forte sentimento de nacionalismo e identidade nacional, com conotações difusas de xenofobia. Em graus variados, isto dá ao militar um panorama de sua profissão. Profissão e carreira parecem produzir poucas experiências que trabalhem para contrariar essa xenofobia” (1977, p.139).

22. Nas palavras de Janowitz, “[a] coesão social em grupos primários é influenciada pela proximidade do perigo e da importância da missão que é atribuída ao grupo. Até certo ponto, quando a ameaça do perigo e a importância da missão aumentam e se tornam evidentes, a coesão social dos grupos primários também aumenta” (1977, p.85).

23. De acordo com Janowitz, “[a] coesão social em grupos primários, militares e outros, é afetada por dois conjuntos distintos de fatores: a experiência e a personalidade social dos membros do grupo e a situação social imediata. No estabelecimento militar, a experiência social comum auxilia os membros no desenvolvimento de relações pessoais íntimas; semelhanças na experiência social anterior, como classe social, origem regional, ou idade fornecem uma base significativa para a vida militar” (1977, p.80).

criando uma separação intensificada e maior entre seu sistema político nacional e a sociedade.²⁴ Quando acoplado com o seu monopólio sobre os meios de coerção, tais circunstâncias parecem prestar-se prontamente à intervenção militar.

A próxima questão lógica envolve o que sabemos sobre a formação da identidade e da competição étnica, e como esses fenômenos podem estar relacionados a uma compreensão maior das relações entre civis e militares. Se, de fato, é razoável ver as organizações militares nas novas ou recém-revitalizadas democracias como entidades quase étnicas.

Preocupações quase étnicas e relações entre civis e militares nas novas democracias

A “Nova Ordem Mundial”, representou, em alguns aspectos, um retorno às perspectivas históricas. A luta ideológica deu lugar ao estabelecimento e afirmação de identidades, incluindo – ou enfatizando – cultura e etnia. Referindo-se à Europa, por exemplo, Bishai argumenta que identidade e segurança se tornaram intimamente ligadas, afirmando que “é essencial reconhecer o impacto mútuo entre segurança e identidade sobre a natureza de Estados e sociedades” (2000, p.15).²⁵ As instituições militares desempenham um papel fundamental em ambas as arenas.

É importante lembrar que a etnicidade permanece como elemento-chave na criação de novas identidades pós-Guerra Fria. Além disso, dada a nova era de mudanças rápidas, também há a criação, igualmente rápida e transparente, de novas identidades. Isso ressalta o caráter instrumental da formação da identidade, como Castells observa:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, por instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos,

24. Na interpretação de Smith, “movimentos étnicos fazem suas reivindicações em virtude de uma suposta ‘comunidade de cultura’, cujos membros são unidos entre si por uma cultura compartilhada e diferenciados dos outros pela posse dessa cultura. Eles são, de resto, diferentes não só de seus governantes, mas também de seus vizinhos em uma ou mais dimensões culturais. É em virtude dessa real ou suposta individualidade cultural que movimentos étnicos reivindicam uma solidariedade comunitária e o reconhecimento de suas demandas políticas. Nesses casos, o separatismo político baseia-se na ideologia da diversidade cultural e da ética da autodeterminação cultural” (1981, p.13).

25. Bishai afirma ainda: “Só pela compreensão de como são profundamente entrelaçadas as manifestações de segurança e identidade podemos explicar a nuvem existencial que paira sobre a Europa atual” (2000, p.15).

grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (2000, p.23)

Ademais, a mescla entre segurança e identidade é uma fórmula potencialmente preocupante. Como Bishai observa: “Quando a identidade e a segurança do grupo são criadas pelo Estado, o resultado é um sistema de privilégios no qual as identidades detêm maior fatia do poder político” (2000, p.160). Em outras palavras, nas novas democracias, a máquina eleitoral é desafiada quase imediatamente após seu nascimento, pelas instituições militares. Esse processo político é iniciado tipicamente pela luta em torno das missões e orçamento castrenses.

A identidade quase étnica das instituições militares poderia ser alimentada por interesses de classe. Nas novas democracias, muitos oficiais (e até recrutas) têm origem nas classes sociais média e média baixa, vindos de áreas rurais e de regiões geograficamente afastadas.²⁶ Há numerosas razões sociais e econômicas para isso. Um resultado está diretamente relacionado ao uso das forças armadas como uma força política: isso estabelece uma separação (entre militares e civis/cidadãos) francamente favorável ao controle social.

Uma explicação alternativa é que a adoção de uma identidade quase étnica entre os militares incide significativamente sobre uma vulnerabilidade institucional: o desenvolvimento de divisões étnicas dentro das fileiras militares. Se qualquer organização passa a ser dominada por tais divisões, sua capacidade de funcionar de forma eficaz dentro da política e por objetivos semelhantes está comprometida. A luta pelo poder e por recursos nas novas democracias, mormente em países multiétnicos, é geralmente muito intensa. Na maioria dos casos, a unidade e o compromisso etnopolíticos constituem trunfos. As instituições militares tendem a manifestar-se pelas armas.

Considerações finais

A avaliação de que, sob certas circunstâncias, as instituições militares no âmbito da ONU podem apresentar identidade quase étnica tem implicações eminentemente políticas. Como Abner Cohen observou, “etnicidade na época contemporânea é o resultado da interação intensa entre

26. Janowitz já observava na década de 1970: “nas novas nações, os membros da instituição militar são recrutados nas classes média e média baixa, atraídos principalmente de áreas rurais ou do sertão” (1977, p.104).

os grupos étnicos e não o resultado de sua separação completa” (1996, p.83). Tais interações étnicas envolvem frequentemente xenofobia, ódio e, em última análise, violência. De uma perspectiva *primordialista*, o grupo militar quase étnico representa um oponente quase intratável, especialmente no processo legislativo de discussão orçamentária, um inimigo ainda mais estridente de políticas nacionais e estrangeiras privatizantes, e até mesmo uma força de intervenção nos processos políticos da nação. Do ponto de vista *instrumentalista*, ao contrário, uma instituição militar quase étnica pode representar um trunfo no jogo cada vez mais difícil da etnopolítica.

O que sabemos sobre etnopolítica? Rothschild informa que:

[A] etnicidade politizada muitas vezes corrói a legitimidade de um Estado e a eficácia do seu aparelho e, ao mesmo tempo, desencadeia ou mesmo lidera a violência antirregime e antigovernamental; isso normalmente não fornece o modelo conceitual para grandes fenômenos históricos ou revoluções sociais sistêmicas. (1981, p.243)

A etnopolítica tende, portanto, para o reacionarismo. Além disso, também tende a ser mutável e imprevisível. Por fim, tende a ser violenta. Anthony D. Smith, na década de 1980, observou que “conflitos interétnicos tornaram-se mais intensos e endêmicos no século XX do que em qualquer outro momento da história” (1981, p.10). Pode-se dizer, com segurança, que esse padrão continua.

O nacionalismo é a figura silenciosa à espreita atrás dessa tese, e talvez seja seu ponto mais importante. A era dos Estados de segurança nacional na América Latina (e, em menor medida, na Ásia) já é passado. Apesar disso, há sinais vindos dos quartéis nos países recém-democratizados de uma nova onda de fervor nacionalista em curso. O antiglobalismo e as disfunções da economia cada vez mais alimentam políticas “democráticas”. Se, de fato, as instituições militares adotam identidades quase étnicas, também com frequência assumem papéis hipernacionalistas, o que representa uma ameaça à democracia. Como Janowitz concluiu:

O oficial combate por causa de seu comprometimento com a carreira. A pressão sobre as formas democráticas sob tensão internacional prolongada levanta a possibilidade de as forças armadas, em coligação com líderes civis demagógicos, empunharem quantidades sem precedentes de poder político e administrativo. Os militares lutam pela sobrevivência e glória nacionais. (1967, p.440)

Como a leitura deverá apontar, este volume explora as possíveis e diversas facetas de um fenômeno emergente na aquisição de poder militar. Centra-se no estudo do corpo de oficiais em países de democrati-

zação recente. Cada capítulo, a seu modo, reconhece que a insularidade das instituições militares pode ser transformada em um poderoso instrumento de barganha em uma era em que a identidade desempenha grande papel no processo político. Como as instituições tornam-se cada vez mais poderosas no século XXI? No caso das forças armadas, somos lembrados de dois fatos bastante simples: a identidade é um vínculo primordial, e os militares têm armas.